

Notas e informações

ESTADO DE SÃO PAULO

A vez dos credores

A morosidade da renegociação da dívida com os bancos credores estrangeiros, que se iniciou em setembro do ano passado, começa a criar sérios embaraços para a economia nacional, cuja reestruturação depende, em grande parte, do resultado final desse processo. Nestes últimos meses, especialmente depois de haver o sr. Maílson da Nóbrega assumido a pasta da Fazenda, o governo brasileiro deu numerosas provas de boa vontade para com a comunidade financeira internacional. Ontem, por fim, oficializou o início da negociação com o Fundo Monetário International, indicando, com isso, que está agora capacitado para apresentar o programa de ajustamento da economia nacional. Depois desse gesto, espera-se que os bancos credores se mostrem mais equânimes e deixem de dar a impressão de que querem vingar-se de um país que ousou decretar unilateralmente uma moratória. O Brasil já pagou bem caro pelo erro cometido.

É preciso que tomemos plena consciência de que a contemporização da solução acarreta prejuízos extremamente danosos para o País e o impede até de ultimar o próprio programa de ajustamento. Todos reconhecem que no âmago desse programa se aloja a questão do déficit público. Ora, esse déficit decorre, em ampla medida, do peso do serviço da dívida externa, que só será determinado após a assinatura do acordo com os bancos credores. Nestas colunas, temos sempre condenado o governo brasileiro por protelar a execução de seu programa de cortes nas despesas do setor público. Neste momento, o FMI está tornando conhecimento dos pormenores do plano de redução do déficit. Naturalmente, os cálculos atinentes a essa redução supõem que a renegociação será concluída em breve, dentro de certas estimativas.

O FMI poderá avaliar os fundamentos dessas estimativas e exigir a conclusão do acordo com os bancos. Mas, no mesmo

momento, os banqueiros estrangeiros reclamam o aval do organismo internacional como condição para completar-se a renegociação. Com esse círculo vicioso, nada de vantajoso poderá resultar para o Brasil. Muito pelo contrário.

Outro ponto da maior importância: cabe ao governo brasileiro convencer a opinião pública do País de que o programa de reajuste não implica condenar a economia nacional à recessão, mas, ao contrário, permitirá a retomada do crescimento. Tal perspectiva fundamenta-se em que a reintegração do Brasil na comunidade econômica mundial permitirá o ingresso de capitais externos para financiar investimentos. Neste momento, porém, estamos apenas falando em cortes a ser efetuados em setores essenciais como o da energia elétrica, que poderão exigir o racionamento de energia a partir de 1993, e o do petróleo.

É evidente que, após a normalização das relações com a comunidade financeira internacional, o Brasil terá condições de obter novos recursos para financiar algumas compras de bens de capital, tanto no setor privado como no setor público. Mas isto dependerá do acerto com os bancos credores, que irá abrir o caminho para a negociação com o FMI, apressar os desembolsos do Banco Mundial, permitir o acordo com o Clube de Paris e franquear o acesso aos fundos oferecidos pelo governo japonês. A cada dia que passa, entretanto, retardam-se os fluxos de capitais potenciais, isto é, agravam-se e aprofundam-se os problemas do País.

No momento, o clima é favorável à liberalização do comércio internacional do Brasil. Sabe-se que, com maior abertura para as importações, o País teria condições de incrementar seus investimentos e, sobretudo, de reduzir os custos de produção e fomentar as exportações. Não obstante, deve-se reconhecer que, como se ignora o futuro de nosso balanço de pagamentos, o País não pode correr o risco de

esgotar suas parcas reservas aumentando demais as importações. A liberalização do comércio internacional (aliás, altamente favorável aos países credores) depende, na verdade, de uma boa renegociação da dívida.

Como dizíamos, nestes últimos meses nosso governo multiplicou suas demonstrações de boa vontade. Pagou os juros do último trimestre de 1987, lançando mão de parte de suas reservas e um empréstimo-ponte cujo reembolso só será possível com o fechamento, antes do final de junho, do acordo com os bancos credores. Pagou, sem nenhuma ajuda do Exterior, os juros de janeiro e fevereiro. Não conseguiu suspender oficialmente a moratória por não ter conseguido agora outro empréstimo-ponte antes de contratar e receber os novos recursos que são objeto da renegociação. Concordou em recorrer ao FMI, abriu mão de numerosas exigências que apresentara no início da renegociação, iniciou seu programa de ajustamento. Até os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte marcham numa direção que oferece maior tranquilidade aos credores.

Diante de tantos testemunhos de boa vontade e de circunspeção, os credores estrangeiros deveriam sensibilizar-se com os problemas que enfrenta um país como o Brasil, que está comprovando que sua situação cambial avança no rumo certo quando se considera o superávit já alcançado na balança comercial. Temos, porém, infelizmente, a impressão de que os bancos credores inventam a cada dia novas exigências, pressionando injustamente um país que apresenta tantos resultados positivos no tocante ao balanço de pagamentos e que vive ainda esmagado por uma inflação muito pesada, devido, em parte, à indecisão dos bancos credores. Resta-nos apenas esperar que, conforme se apregoou, o início da negociação com o FMI permita um acerto rápido com os bancos credores, sob pena de agravar-se ainda mais a situação econômica do País.